

## DA TEORIA À PRÁTICA: O COENSINO COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Janaina Alves de Oliveira Cordeiro do Amaral<sup>1</sup>  
Larissa Zanettin<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo aborda a Educação Especial Inclusiva e a metodologia do coensino no Instituto Federal do Paraná – Campus Coronel Vivida. A pesquisa, baseada em um relato de experiência, discute os desafios e as possibilidades da inclusão escolar. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se em autores como Vygotsky (1998), que enfatiza a aprendizagem como um fenômeno social mediado pela interação, e Mazzotta (2010), que reforça a necessidade de equidade educacional. Além disso, são consideradas as legislações brasileiras que amparam a inclusão, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). A pesquisa detalha a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a introdução do coensino como estratégia para superar barreiras de aprendizagem. A colaboração entre a docente de Educação Especial e a professora da disciplina possibilitou adaptações pedagógicas e maior suporte ao estudante. Os resultados destacam a importância do coensino como ferramenta inclusiva e revelam a necessidade de repensar práticas educacionais para garantir um ensino equitativo e acessível a todos. O estudo reforça que a inclusão requer um esforço coletivo entre docentes, gestores e comunidade escolar para assegurar que cada estudante tenha condições plenas de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Coensino; Atendimento Educacional Especializado.

### INTRODUÇÃO

A efetivação da Educação Inclusiva nas escolas brasileiras é um desafio constante, pois exige uma mudança profunda nas concepções pedagógicas e nas práticas docentes. A prática da inclusão é mais do que inserir estudantes com deficiência nas turmas regulares, trata-se de promover uma educação que reconheça as diferenças como potencialidades e que garanta o acesso, a permanência e o sucesso de todos. Esse princípio é amparado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que asseguram o direito à educação com equidade e acessibilidade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Câmpus Coronel Vivida, [janaina.oliveira@ifpr.edu.br](mailto:janaina.oliveira@ifpr.edu.br);

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Câmpus Coronel Vivida, [larissa.zanettin@ifpr.edu.br](mailto:larissa.zanettin@ifpr.edu.br).



Mediação compartilhada em sala de aula, os docentes passam a refletir sobre suas práticas, enquanto tem a possibilidade de aprender, uns com os outros, novas formas de lidar com as situações de ensino que os desafiam, promovendo um olhar mais apurado sobre as necessidades do aluno, além da organização de um ambiente de ensino mais rico, garantindo, quando preciso, individualizações e adequações pedagógicas que promovam a aprendizagem (MARIN; BRAUN, 2013, p. 58).

Prieto (2006), complementa que a educação inclusiva,

Assim, é possível compreender que a inclusão é um processo contínuo e coletivo, que depende da reconstrução das práticas pedagógicas e do compromisso ético dos profissionais envolvidos no processo educativo.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no relato de experiência vivenciado por docentes do Instituto Federal do Paraná – Campus Coronel Vivida. A proposta surgiu da necessidade de atendimento a um estudante que matriculou-se no curso, apontando no ato da matrícula o diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).



Após o início das aulas, foi observado que o discente apresentava dificuldades significativas de aprendizagem em componentes curriculares da área de Ciências Exatas, necessitando de acompanhamento no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Inicialmente, esse atendimento foi realizado semanalmente em contraturno, com foco no desenvolvimento da autonomia, da organização e da atenção do estudante, considerando suas especificidades decorrentes do TDAH. Ressalta-se que, ao longo dos atendimentos, foram identificadas dificuldades que iam além das disciplinas e das características típicas do TDAH.

Durante esse processo, percebeu-se que o atendimento isolado fora da sala de aula não era suficiente para suprir as demandas de aprendizagem observadas. Dessa forma, foi proposta a adoção do coensino, com o envolvimento direto da professora da disciplina e da docente de Educação Especial, que passaram a planejar e ministrar aulas em conjunto. Essa prática colaborativa foi aprovada pela coordenação e colegiado de curso, pela gestão institucional, e contou com o consentimento da família do estudante.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A concepção de coensino baseia-se na perspectiva sociocultural da aprendizagem, na qual a interação entre os sujeitos é vista como elemento central no processo de construção do conhecimento. Vygotsky (1998, p. 58) destaca que “a aprendizagem é um fenômeno social, mediado pelas interações entre os indivíduos”, o que evidencia que o ensino compartilhado favorece o desenvolvimento cognitivo e amplia as possibilidades de aprendizagem.

No âmbito da Educação Inclusiva, o coensino tem se mostrado uma metodologia eficaz, pois permite a troca constante de saberes entre os profissionais e possibilita o planejamento de estratégias diversificadas, adaptadas às necessidades dos estudantes. Mantoan (2006, p. 89) enfatiza que “a colaboração entre gestores e professores é essencial para a criação de um ambiente inclusivo e equitativo”, reforçando que o trabalho coletivo é o alicerce de uma prática pedagógica comprometida com a diversidade.

A formação docente também ocupa papel central nesse processo. Figueiredo (2008, p. 141) afirma que “a formação inicial, bem como a formação continuada de professores, precisa levar em conta princípios que os instrumentalizem para o desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século”. Essa



Ao promover o diálogo entre áreas, o coensino se alinha à concepção de educação integral defendida por Mazzotta (2010, p. 79), para quem a inclusão é a



“concretização das melhores condições possíveis de comunicação e participação ativa, concretizando os ideais de justiça social”.

Em síntese, o coensino pode ser compreendido como uma ferramenta de inovação pedagógica e transformação institucional, capaz de romper com práticas excludentes e construir, de forma colaborativa, uma escola mais equitativa. Ao unir teoria e prática, essa metodologia redefine o papel dos docentes e reafirma que a inclusão só é possível quando o ensino é planejado e realizado coletivamente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação do coensino na instituição demonstrou que a colaboração docente é capaz de transformar a dinâmica da sala de aula e de promover um ambiente mais acessível e participativo. Inicialmente, a professora da disciplina, demonstrou-se receosa, sobretudo em relação à operacionalização dessa metodologia e à definição clara dos papéis de cada profissional em sala de aula. Essa insegurança é compreensível, visto que o coensino ainda é pouco difundido. Com o tempo, o diálogo e as experiências compartilhadas possibilitaram uma atuação conjunta pautada no respeito e na corresponsabilidade.

As aulas de coensino, articuladas com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), passaram a ser planejadas com foco em estratégias adaptadas às dificuldades apresentadas pelo estudante. Observou-se que ele apresentou progressos ao longo dos dias letivos, inclusive além do espaço da sala de aula. Vale ressaltar que, embora o objetivo inicial do coensino fosse auxiliar especificamente o estudante com necessidades educacionais especiais, constatou-se que as práticas adotadas beneficiaram todos os alunos da turma, promovendo aprendizado coletivo e mais equitativo.

Ao longo da experiência, constatou-se que a atuação colaborativa entre as docentes contribuiu para a redução das barreiras de aprendizagem e para a valorização das potencialidades individuais de cada estudante. Com o desenvolvimento das ações, o coensino passou a ser compreendido como uma prática colaborativa, e não como uma intervenção sobre a prática do docente do componente curricular, consolidando-se como uma estratégia de fortalecimento da Educação Inclusiva.

As evidências observadas confirmam que a teoria da colaboração, defendida por Vygotsky e reafirmada por Mazzotta e Mantoan, encontra no coensino um caminho concreto de aplicação. A experiência vivenciada revela, portanto, que a inclusão se



Além dos resultados pedagógicos, o coensino gerou impacto institucional positivo. A experiência provocou reflexões entre docentes e gestores sobre a importância de práticas interdisciplinares. A atuação integrada entre o AEE e o ensino regular evidenciou que o sucesso da inclusão depende de políticas institucionais que incentivem o trabalho coletivo e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

A experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná – Campus Coronel Vivida revelou que o coensino é uma prática viável e potente para a efetivação da Educação Inclusiva. A atuação conjunta entre docentes proporcionou a criação de um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, democrático e sensível às necessidades dos estudantes.

A parceria entre a professora da disciplina e a docente de Educação Especial tornou-se um espaço de formação em serviço, no qual ambas puderam compartilhar experiências, discutir metodologias e refletir sobre os resultados das práticas adotadas. Entretanto, o desenvolvimento da experiência também evidenciou desafios estruturais e pedagógicos. O principal obstáculo esteve relacionado à falta de tempo para o planejamento conjunto, já que as agendas docentes eram distintas, muitas das discussões e ajustes eram realizados nos intervalos, nos corredores ou por meio de mensagens rápidas.

Mesmo com as limitações, a prática confirmou que a inclusão é um processo coletivo, que requer persistência e revisões constantes. O estudante acompanhado, embora tenha optado por interromper o curso, expressou reconhecimento pelo apoio recebido e pelos avanços que conseguiu alcançar durante o processo.

Os resultados obtidos demonstram que a inclusão não se limita à matrícula ou à permanência do aluno, mas envolve o compromisso ético e pedagógico de garantir condições reais para que ele aprenda e se desenvolva plenamente. Como destaca Mazzotta (2010, p. 79), a inclusão representa “a concretização das melhores condições possíveis de comunicação e participação ativa”, o que só é possível quando a escola reconhece a diversidade como um valor.





O coensino, portanto, constitui-se como uma ferramenta que integra teoria e prática, promovendo a reflexão crítica e o fortalecimento do trabalho em equipe. Sua institucionalização nas políticas do Instituto Federal pode ampliar as oportunidades de aprendizagem e consolidar uma cultura educacional baseada na equidade, no respeito e na cooperação.

## AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal do Paraná – Campus Coronel Vivida, gestores e colegiado do curso, pelo apoio à implementação do coensino e pelo incentivo à prática de uma educação inclusiva. Destaca-se o trabalho desenvolvido de forma colaborativa entre docentes, o comprometimento institucional e a parceria entre os profissionais envolvidos foram fundamentais para a efetivação de práticas inclusivas, evidenciando que a inclusão escolar resulta do esforço coletivo de toda a comunidade educativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 out. 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 21 out. 2025.

DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o ensino colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Revista Educar. Curitiba: Editora UFPR, n. 31, 2008, p. 213-230. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvvyx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 23. out. 2025.

FIGUEIREDO, R. V. de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço da diversidade. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.



**VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.**

